

**“Algumas observações sobre a noção de «língua portuguesa»”  
in *Boletim de Filologia*, Lisboa, 29,1984, pp.585-592.  
Eduardo PAIVA RAPOSO**

Neste pequeno artigo, pretendemos questionar a noção de «língua portuguesa» e apresentar algumas reflexões que nos parecem pertinentes acerca do seu exacto dimensionamento não só linguístico, como também político e cultural. O nosso ponto de partida consiste na ideia de que o Português é hoje, sem sombra de dúvida, uma das línguas mais importantes do nosso globo, e que, provavelmente, ainda o será mais amanhã. Nesse sentido, pressupomos, portanto, que são já conhecidos do leitor os dados quantitativos que se referem à sua dispersão geográfica e, sobretudo agora, depois da independência das ex-colónias portuguesas, à sua posição absoluta como quinta língua do globo em termos do número de falantes (a seguir ao chinês, inglês, russo e espanhol) (1).

O problema que gostaríamos de focar é o seguinte: que significa esta expressão «língua portuguesa»? Que noção ou conceito é que está por detrás dela? Todos, linguistas e não linguistas, estarão de acordo que a «língua» neste caso, não é de modo nenhum uma realidade homogénea. Pelo contrário, ela recobre todo um conjunto de variantes, ou normas, ou dialectos (o termo exacto não nos interessa agora aqui) que diferem entre si quer sintacticamente, quer foneticamente, quer no que diz respeito ao seu léxico.

Na tradição filológica portuguesa reconhecem-se três «variantes» principais do português: a variante portuguesa propriamente dita (a que poderíamos chamar aqui de «europeia»); a variante brasileira; e a variante galega. Aliás, a «língua portuguesa» é, nesta tradição, denominada de «complexo galego-português» (2). Estas três variantes, por sua vez, também não são homogéneas. Pelo contrário, recobrem realidades sub-dialectais, ou falares, para empregar o termo da gíria filológica, mais ou menos afastados uns dos outros, sobretudo na área da fonética, quiçá da fonologia.

Para a tradição filológica a noção de língua portuguesa é antes de mais uma noção extensionalmente definida, isto é, esgota-se praticamente na enumeração das três variantes que a compõem. A descrição dos sistemas gramaticais é sempre feita em função da aceitação tácita desta unidade fundamental existente entre as três variantes (e os seus sub-dialectos). Mas essa unidade resulta, por sua vez, da inclusão prévia, não questionada, do português europeu, do português brasileiro e do galego dentro da noção de «língua portuguesa».

Tentemos então sair do terreno que aceita esta unidade tácita, procurando ir mais além da definição meramente extensional que é a da filologia clássica (isto é, uma definição que não faz mais que indicar o número total dos objectos - neste caso de variantes linguísticas que são cobertos pelo termo). Que restará então da noção de «língua portuguesa»? Por outras palavras, existirá para ela uma definição intensional (isto é, uma definição qualitativa, baseada em propriedades ou características partilhadas pelos vários objectos nela incluídos)? Colocando a questão de um modo ligeiramente diferente: será que por detrás da definição extensional da filologia clássica existe uma definição qualitativa implícita, subjacente?

Pensamos que sim, que por detrás da noção de «língua portuguesa» da filologia clássica podemos descobrir uma unidade qualitativa, mas o interessante, na nossa opinião, reside no facto de a natureza dessa unidade nunca ser admitida como tal, de ser frequentemente escamoteada. Nas raras instâncias em que a filologia tradicional pretende encontrar um fio qualitativo que una a noção de «língua portuguesa», fá-lo sempre invocando razões de ordem filológica ou de natureza historicista. Qualquer

destes dois aspectos nos parece claramente insuficiente, por razões a que aludiremos no seguimento deste artigo.

A noção clássica de «língua portuguesa», de um ponto de vista intensional, não está somente, nem sequer essencialmente, assente em considerações de natureza linguística. Com isto não queremos dizer, evidentemente, que não haja uma *certa* unidade linguística subjacente a todas as variedades do português, reconhecidas pela filologia. Contudo, parece-nos que os factores mais importantes subjacentes a essa noção são sobretudo de natureza política, histórica, ideológica e cultural, num sentido vasto deste último termo.

A questão crucial, de, ponto de vista linguístico, é esta: *a partir de que momento é que duas variantes linguísticas, historicamente ligadas a uma mesma «língua», se consideram não já dialectos (de uma mesma «língua»), mas sim «línguas» diferentes?* Embora isto possa chocar certos filólogos e linguistas, adiantaríamos que a linguística não pode resolver satisfatoriamente esta questão. E isto porque para a linguística, não existem «línguas». Existem sim sistemas organizados (e extremamente complexos) de formas, regras e representações fonéticas, fonológicas, morfológicas e sintácticas. Cada um desses sistemas poderá apresentar vários pontos de contacto com outro ou outros sistemas, em áreas mais ou menos importantes da sua estrutura gramatical. Mas a partir de que momento é que dois sistemas relativamente próximos linguisticamente um do outro deixam de ser dialectos para passar a ser «línguas»? Uma das respostas preferidas da filologia clássica consiste no critério da mútua compreensão. Isto é, se existe inteligibilidade entre dois falantes de dois dialectos diferentes (relacionados historicamente», então esses dois dialectos pertencem à mesma língua. Mas este critério é facilmente falsificável pela divisão hoje em dia convencionalmente e indiscutivelmente aceite das línguas do mundo entre si e nos seus dialectos. Para ficar na Europa e bem perto de casa, um espanhol e um português, falando português e castelhano, respectivamente, não se conseguirão entender perfeitamente, desde que haja um certo cuidado na articulação? De um modo mais geral, não serão as fronteiras da inteligibilidade, dentro do universo Românico, *diferentes* das fronteiras da divisão convencional entre línguas? E, inversamente, não é por vezes bem difícil a um falante de Lisboa compreender um falante de S. Miguel, que fala um dialecto apresentando qualidades vocálicas tão diferentes das do português-padrão europeu, que a inteligibilidade mútua pode chegar a ser afectada?

Voltemos à noção de «língua portuguesa», e tomemos para começar o caso do galego e do português. A base linguística justificativa do agrupamento destes dois sistemas reside essencialmente numa evolução fonética comum que ambos sofreram relativamente ao castelhano: queda do *-l-* e do *-n-* intervocálicos latinos, não-ditongação do *e* e do *o* breves, tónicos, do latim vulgar, e palatalização em *ch-* dos grupos consonânticos *pl*, *cl-* e *fl-* (3). Mas em múltiplos pontos da sua estrutura fonética, fonológica e sintáctica, o galego está, hoje em dia, sem dúvida mais próximo do castelhano que do português (4). Porque não então falar dum complexo galego-castelhano, distinto do português mas apresentando com este pontos de contacto (5)? Ou porque não falar de uma língua galega, próxima em certos aspectos do português e noutros do castelhano (6)? Do ponto de vista da estrutura gramatical sincrónica, não se poderia dizer que qualquer destas soluções fosse mais acertada do que a outra. O que se passa, então? O que se passa é que existem, por um lado, factores subjectivos, de natureza historicista, relativos à tradição filológica clássica, e, por outro lado, factores objectivos, de natureza política, ideológica e cultural, exteriores à estrutura gramatical da língua, que se conjugam para favorecer «uma só língua». Não cabe no âmbito desta apresentação falar dos factores objectivos (que têm a ver com uma situação cultural

muito particular da Galiza na área peninsular, e com as suas aspirações autonómicas relativamente à Espanha). Os factores de natureza subjectiva, por seu lado, revelam algo de muito particular sobre a tradição filológica clássica neste domínio. A tradição filológica, sobretudo em Portugal, mas também no Brasil, foi sempre predominantemente historicista, isto é, privilegiou os aspectos ligados à história da língua relativamente aos aspectos da estrutura gramatical sincrónica (7). Relativamente ao problema que nos ocupa, o elemento preponderante reside no facto de, num determinado período histórico, grosso modo anterior à reconquista, o galego e o português terem formado um núcleo comum indiferenciado. Devido ao seu pendor historicista, a tradição filológica continua a considerar essa unidade linguística primitiva do galego e do português relativamente ao castelhano como um elemento de justificação importante para a inclusão dos, dois sistemas numa única língua. Mas, prosseguindo com lógica e até ao fim essa linha de raciocínio, não deveríamos então continuar, hoje em dia, a falar do latim como língua, e do português, do francês, do castelhano, etc., como os seus dialectos? Do ponto de vista da estrutura gramatical destas línguas não haverá certamente menos razão para o fazer do que no caso do português e do galego. E, do ponto de vista do tipo de processo histórico em causa, a relação, entre o latim e as várias línguas românicas é seguramente idêntica à que existe entre o primitivo galego-português por um lado, e o português e o galego contemporâneo, por outro. Se não continuamos hoje em dia a falar de uma língua latina (diversificada em dialectos), isso deve-se certamente a razões que têm que ver mais com factores históricos e políticos do que propriamente linguísticos.

Esta relação de determinação dos factores linguísticos pelos factores políticos poderia ser ilustrada à saciedade dentro do universo românico, em que os parâmetros gramaticais se distribuem de modo complexo e variado entre as várias línguas, não obedecendo de maneira alguma às fronteiras convencionais estabelecidas para cada uma delas. Por exemplo, existem boas razões para agrupar o conjunto das línguas românicas à excepção do francês, por um lado, e o francês, por outro. De facto, contrariamente ao francês, a maioria das línguas românicas permite a queda de um pronome em posição de sujeito (comparar, por exemplo, a frase do português *vou ao cinema hoje* com a sequência francesa correspondente, que não é gramatical, \**vais au cinéma aujourd'hui*; em francês, é necessário empregar o pronome: *je vais au cinéma aujourd'hui*). Estudos gramaticais recentes mostraram que este parâmetro diferenciador é extremamente importante do ponto de vista linguístico, sendo rico de consequências relativamente a outras áreas da sintaxe (8). Será esta uma base suficiente para o agrupamento do português, do galego, do castelhano, do catalão, do romeno e do italiano (para mencionar apenas algumas das principais línguas românicas) numa única língua, face ao francês? Claro que não. Tal seria absurdo. Mas a razão é simples. É que, em última instância, não são as questões linguísticas, gramaticais, que decidem se um determinado sistema é língua ou simplesmente dialecto, mas sim as fronteiras políticas, os interesses culturais, a história comum.

Face a estas observações, que podemos dizer agora sobre a chamada «variante brasileira» do português? Antes de mais, que esta variante, também ela, não é homogénea. No Brasil existem várias normas, por vezes bastante afastadas entre si no que diz respeito aos seus traços gramaticais principais. Qualquer descrição destas diferenças será sempre insuficiente e incompleta, porque a realidade linguística, com toda a sua variedade sub-dialectal e idiolectal, é sempre incomparavelmente mais rica e fina do que aquilo que a melhor das descrições pode apresentar. Correndo então o risco de simplificar, podemos distinguir, dentro da variante brasileira do português, três normas ou sub-variantes (9). Existe assim uma norma literária que, embora com

algumas alterações decerto determinadas pela língua falada, tende a preservar os aspectos gramaticais mais relevantes da norma culta do português europeu. Temos depois a chamada norma «familiar», que corresponde à variedade falada pelas pessoas de cultura e educação pelo menos mediana. Desta norma se poderá dizer talvez que é a extensão falada da norma literária, embora as diferenças entre ela e o português europeu sejam já de alcance acentuado, talvez devido à inexistência da codificação rígida da escrita literária. Finalmente, a norma ou variante popular, unicamente de carácter oral, e não influenciada pela literatura, é aquela que, de longe, mais interesse tem para o linguista. As tendências gramaticais desta, norma, que corresponde à «língua viva», e que em última instância poderá determinar a evolução do português falado no Brasil, vão, em pontos essenciais da estrutura linguística, em direcções perfeitamente opostas às realidades do português europeu. Para citarmos apenas algumas dessas tendências, na área da sintaxe: perdeu-se, ou está em vias de se perder, o infinitivo flexionado, essa propriedade tão característica do português europeu entre as línguas do mundo (10); deixaram de existir as distinções casuais no sistema pronominal, pelo menos no que respeita à terceira pessoa: assim, eliminada a diferença entre a forma nominativa e a acusativa, com a conseqüente generalização da forma forte a todas as posições gramaticais, em vez da expressão do português europeu *eu vi-o*, com o pronome clítico acusativo, *dir-se-á eu vi ele*; o sistema da concordância no Sintagma Nominal desapareceu, tornando esta variante, neste aspecto, numa língua semelhante ao inglês, ou seja, num tipo de língua em que as marcas de pluralidade dentro do Sintagma Nominal estão presentes uma só vez: assim, em vez da expressão do português europeu *esses meninos dir-se-à esses menino*. A regra gramatical parece ser, aqui, que o *primeiro* elemento do Sintagma Nominal recebe as marcas de pluralidade; finalmente e para mencionarmos apenas mais um fenómeno de entre os muitos que se poderiam apresentar, a norma popular brasileira parece admitir, em condições e contextos ainda mal estudados, que uma preposição atribua Caso ao sujeito de uma oração infinitiva (impessoal) subordinada. Tal regra é completamente inexistente no português europeu e, mais uma vez, torna esta variante brasileira num sistema linguístico mais parecido com o inglês. Compare-se a expressão *isto é para mim comer*, impossível em português europeu, com a expressão inglesa *this is for me to eat*. Se, para além da sintaxe, considerássemos as áreas lexical, fonológica e fonética, multiplicar-se-iam as diferenças consideráveis entre o português europeu e a variante popular brasileira.

É quase certo que, neste sistema tripartido, as relações entre as três normas do Brasil serão extremamente complexas e que, nomeadamente, não poderá deixar de existir uma contaminação mais ou menos acentuada das normas literária e familiar pela norma popular.

De novo, podemos concluir que não são factores exclusivamente linguísticos que estão directamente envolvidos na manutenção da expressão «língua portuguesa» para cobrir todas estas realidades por vezes de natureza gramatical tão diferente. Mais uma vez, o que está aqui em causa, é a acção de factores de natureza histórica e cultural. São eles, juntamente com a vontade política de continuar a considerá-los actuais e vivos, que constituem o cimento que aglutina todas essas realidades linguisticamente diversas sob o denominador comum da língua portuguesa. Os elos gramaticais, muitas vezes fracos, não desempenham certamente mais do que um papel secundário.

Ou seja, e para concluirmos: a realidade da noção de «língua portuguesa», aquilo que lhe dá uma dimensão qualitativa para além de um mero estatuto de repositório de variantes, pertence, mais, do que ao domínio linguístico, ao domínio da história, da cultura e, em última instância, da política. Na medida em que a percepção destas realidades fôr variando com o decorrer dos tempos e das gerações, será certamente de

esperar, concomitantemente, que a extensão da noção de «língua portuguesa» varie também.

Santa Bárbara, Califórnia, Outubro/Novembro de 1984.

## NOTAS

(\*) Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada oralmente no 1º Encontro de Leitores de Português do ICALP, realizado na Universidade da Califórnia, Santa Bárbara, em Outubro de 1984.

(1) Ver, entre outros, a comunicação apresentada pelo Prof. Luís Filipe Lindley Cintra ao Colóquio *Portuguese Language and Culture Throughout the World*, Abril de 1983, Universidade da Califórnia, Santa Bárbara; Cuesta e Luz (1971, Parte I: «Noções de Geografia da Língua Portuguesa»); Mateus et al. (1983, Parte 1: «Variedades do Português»).

(2) Cuesta e Luz, por exemplo, dedicam um extenso capítulo ao galego na sua *Gramática*. Também Mateus et al., e Cintra (comunicação citada) consideram o galego como uma variedade dialectal do Português, seguindo a tradição filológica portuguesa. Esta posição foi largamente consolidada por Lapa (1979), com base não só em argumentos de natureza linguística (com as quais nem sempre concordamos), mas também cultural e social.

Não consideramos neste artigo as variedades do português de Angola e Moçambique porque pensamos ser ainda cedo para determinar com exactidão as linhas de força evolutivas, tanto linguísticas como socio-culturais, que estão aí em jogo, e de que modo elas determinarão as cristalizações dialectais dentro de cada um desses países.

(3) Ver, por exemplo, Cuesta e Luz (Parte II: «Noções de História da Língua»), e Teyssier (1982), entre outros.

(4) Como fica patente de uma leitura atenta do excelente capítulo de Cuesta e Luz dedicado ao galego.

(5) É esta a posição de Camproux (1979), que considera o galego como um dialecto do castelhano.

(6) Como em Teyssier (1982) que, no capítulo III, intitula um parágrafo de «Separação do galego».

(7) A tradição filológica portuguesa praticamente não produziu descrições *sincrónicas* de períodos da língua portuguesa anteriores ao século XIX, e mesmo os estudos diacrónicos de alcance existentes limitam-se em geral às áreas da fonética, da morfologia e da lexicologia.

(8) Referimo-nos aqui essencialmente aos estudos de Rizzi (1982, particularmente o capítulo 4).

(9) Ver Cuesta e Luz, Parte 1.

(10) Se em certos dialectos é a própria morfologia do infinitivo flexionado que desaparece, noutros esta mantém-se, mas sem as características sintéticas peculiares que caracterizam o infinitivo flexionado do português europeu. A este respeito, comparem-se, por exemplo, Moreira da Silva (1983), para a variante brasileira, e Raposo (1973), para a variante europeia.

## BIBLIOGRAFIA

Camproux, Charles (1979) *Les Langues Romanes*, 2 ed., Col. «Que Sais-je?», Presses Universitaires de France.

Cintra, Luís F Lindley (1983) «Comunicação sobre a situação da língua portuguesa no mundo», Colóquio *Portuguese Language and Culture Throughout the World*, Universidade da Califórnia, Santa Bárbara, Abril de 1983.

Cuesta, Pilar Vásquez e M. A. Mendes da Luz ( 1971 ) *Gramática da Língua Portuguesa*, trad. portuguesa, Edições 70, Lisboa.

Lapa, M. Rodrigues (1979) *Estudos Galego Portugueses*, Sá da Costa Editora, Lisboa.

Mateus, M. H. et al (1983) *Gramática da Língua Portuguesa*, Livraria Almedina, Coimbra.

Moreira da Silva, S. (1983) *Études sur la Symétrie et l'Asymétrie Sujet/Objet dans le Portugais du Brésil*, Thèse de 3 ème cycle, Université de Paris VIII, França.

Raposo, E. P. ( 1973) *Estudos sobre o Infinitivo em Português*, Dissertação de Licenciatura, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.

Rizzi, L. (1982) *Studies in Italian Syntax*, ed. Foris, Dordrecht.

Tevssier, P. (1982) *História da Língua Portuguesa*, Sá da Costa Editora, Lisboa.